

Ata número vinte e dois

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezasseis, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da Biblioteca da Escola Secundária José Macedo Fragateiro, reuniu o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Ovar. A reunião foi presidida pela docente Maria de Lurdes Ferreira, Presidente do Conselho Geral e foi dado cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Período antes da ordem do dia;

Ponto 2: Apreciação do Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades do Agrupamento (2015/2016);

Ponto 3: Apreciação e aprovação do Plano Anual de Atividades para o ano letivo 2016/2017;

Ponto 4: Análise do Relatório Final de Autoavaliação (Análise estatística dos resultados escolares do 3º ciclo, ensino básico);

Ponto 5: Análise do Relatório Final de Autoavaliação (Análise estatística dos resultados escolares do ensino secundário);

Ponto 6: Análise do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento (Plano de Melhoria – A1);

Ponto 7: Análise do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento;

Ponto 8: Apreciação do Relatório Final da Cantina 2015/2016, da ADS e da ESJMF;

Ponto 9: Apreciação do Relatório Final das Bibliotecas Escolares do Agrupamento.

Ponto 1: Período antes da ordem do dia – Iniciou-se a reunião com a aprovação da ata número vinte e um. A Presidente informou que os conselheiros Francisco Andrade e o aluno Gonçalo Borges serão substituídos.

Em relação ao Ponto 2: Apreciação do Relatório Final de Execução do Plano Anual de Atividades do Agrupamento (2015/2016) – a conselheira Josefina Ventura referiu que, os dados respeitantes ao número de alunos que participaram nas atividades, *Let's Sing* e no concurso "*Spelling Bee*" não estão corretos, como já mencionou em reunião anterior. A Diretora respondeu que o documento apresenta os dados que chegam à Direção. A conselheira Margarida Cardoso afirmou que algumas das atividades realizadas no Pré-escolar, não constam neste relatório. Acrescentou ainda que, o concurso ortográfico não faz parte do Pré-escolar e no documento em análise, está como sendo deste nível de ensino. Em relação às atividades do Buçaquinho, a

conselheira referiu que estas são mal contabilizadas devido a um ineficaz registo da designação das mesmas. Acontece que a mesma atividade aparece contabilizada mais do que uma vez e conseqüentemente o numero de alunos também. A este propósito, a Diretora advertiu que os Departamentos deveriam fazer outro tipo de análise e sintetizar as atividades, uma vez que, algumas são transversais. Seguidamente, o conselheiro José Lopes leu o documento transcrito: “ *Apoios educativos (pág. 8 e 9). Naturalmente que não se pode desvalorizar o esforço e o resultado final de fazer reduzir o número de alunos com níveis inferiores a 3, mas certamente esta área de intervenção exige muita reflexão sobre como melhorar de forma mais significativa os objetivos propostos. No 2º ciclo e mesmo no 3º ciclo a recuperação de alunos na parte final do ano letivo (3º período) apresenta-se de certa forma limitada, quando por exemplo no 5º ano, no apoio ao estudo só se recupera na disciplina da Matemática, comparativamente entre o nível anterior e o de final do ano 1 aluno, em 41 alunos com menos de 3. Enquanto no Português, dos 22 alunos com menos de 3, foram recuperados 5. Ou no 6º ano na Matemática, em que dos 56 alunos com menos de 3, melhoraram 7. Resultado mais gratificante parece ser o obtido no Português, em que dos 36 alunos com menos de 3, evoluíram positivamente 18. Também no 3º ciclo, nomeadamente na Matemática, de 49 alunos com menos de 3, no 7º ano, melhoraram positivamente 9 alunos, enquanto no 8º ano, em 15 alunos, melhoraram 2 alunos, e no 9º ano, dos 37 subiram a nota 5 alunos. Como é afirmado no relatório, o “nível inferior a 3 diminuiu” pouco é verdade mas diminuiu. Melhorar as condições, nomeadamente no 2º ciclo na ADS, em que as aulas de apoio estão a ser dadas, será indispensável, desde logo no que toca ao acompanhamento por parte dos assistentes operacionais que às 17h30 estão limitados para eventual ocorrência mais preocupante. Educação especial (pág. 14 a 16) Como identifica o relatório, o Agrupamento terminou o ano com 130 alunos abrangidos pelo DL 3/2008, distribuindo-se com particular incidência no 1º ciclo (43), 2º ciclo (40) e 3º ciclo (34). Face a esta realidade, seria interessante termos acesso a uma amostragem dos resultados concretos da evolução dos apoios pedagógicos e curriculares personalizados a estes alunos no âmbito do ensino especial. Uma área em que o esforço dos docentes e técnicos deve ser mais valorizado e partilhado também neste órgão de gestão, para estar sensibilizado para as dificuldades que devem ser feitas sentir às entidades competentes em colaboração com a Direção. Ainda neste capítulo, em que o total de alunos abrangidos pelo 3/2008 vai diminuindo ao longo dos sucessivos ciclo de ensino, até que no secundário praticamente deixam de constar. Que razões justificarão tal evolução? O abandono escolar? Outras alternativas formativas? ou idade de escolaridade cumprida, ainda que apenas com raras exceções cheguem ao secundário? Assim, não haverá uma contradição entre o que é dito, ou seja, “que as medidas implementadas no PEI são adequadas ao seu perfil de funcionalidade e vão encontro às suas características e necessidades”. É que no quadro do aproveitamento (pág. 15),*

entre o 1º ciclo, 2º e 3º ciclo, parece haver discrepância com o que é afirmado. Refere-se aqui nesta dúvida, relativamente ao quadro do aproveitamento, os dados em que no 2º período há percentagens que chegam a 35% e aos 39% no 1º, 2º e 3º ciclo, e depois no 3º período descem para metade. Isto será reflexo de quê? Quando no 1º período o cenário em percentagem era ainda mais favorável. No final da pág. 15 há um parágrafo em jeito de conclusão sobre o aproveitamento em geral, em que é afirmado que, “neste período houve uma melhoria global no aproveitamento dos alunos, contudo é de salientar que nas disciplinas de Português e de Matemática dos 2º e 3º ano de escolaridade, ainda há um elevado número de alunos com nível inferior a 3 a estas disciplinas. O mesmo acontece com a disciplina de Matemática no 8º e 9º ano de escolaridade”. Esta é certamente uma conclusão fundamental para se encontrarem estratégias capazes de se alcançarem melhorias neste novo ano letivo. É também sublinhado o apoio no âmbito do CRI-CERCIVAR através do qual foram apoiados 54 alunos. Aqui era igualmente interessante saber, que tipo de acompanhamento especializado para se poder observar a evolução do trabalho desenvolvido pelas equipas do CRI. Uma vez que, tantas vezes estes profissionais andam de local para local, de unidade escolar para unidade escolar, numa correria para cumprir o ritmo exigido nos seus planos de horas de trabalho nas várias áreas de intervenção (psicologia ou terapia da fala). Situação que se agrava com a falta de coordenação com a própria escola, para uma mais adequada rentabilização destes serviços multidisciplinares, nomeadamente de simples tarefas como, indicações específicas sobre a orientação dos alunos que beneficiam de tais apoios especializados para os respetivos espaços de trabalho, evitando perda de tempo dos técnicos que muitas vezes gastam parte das horas de serviço à procura de alunos que em alguns casos pouco facilitavam este trabalho. Lições que poderiam ser retiradas caso este projeto seja para continuar. Os alunos referenciados existem e certamente são mais a precisarem dos referidos apoios especializados. Ainda sobre a evolução deste trabalho no âmbito do CRI e relativamente ao número de alunos inicialmente indicados, os dados expostos no Relatório mostram que o número vai reduzindo até ao secundário. Se este for o indicador do sucesso da intervenção destes serviços não seria mau sinal...Assiduidade (pág. 16 e 17) O quase simbólico quadro que regista a temática da assiduidade no 2º ciclo, ainda que não deixe grandes pistas, acaba por ser inevitável que são os alunos de etnia cigana que evidentemente mais se destacam nestes dados. E eventualmente os dados estão aquém da realidade. Mas independentemente da fiabilidade dos números identificados, o que preocupa é termos começado o novo ano letivo como acabámos o anterior. Ou seja, com comportamentos crónicos ao nível das faltas às aulas e sobretudo sem estratégias para contrariar o comportamento de alguns destes alunos, incluindo ao nível disciplinar, que resistem a estar dentro da sala de aula. Por estranho que pareça, neste caso concreto de negação persistente e assumida das aulas, são apenas dois casos, mas suficientes para resistirem e

assim passar mais um ano de tortura para eles e para quem lida com tal insolência e falta de resposta eficaz por parte da escola. A situação só está aparentemente mais calma, porque nuns casos a eventual intervenção da segurança social e da CPCJ está a influenciar uma postura mais adequada em termos de comportamento, apesar de toda a indisciplina manifestada em anos anteriores. Já um outro fator de ambiente mais desanuviado deve-se lamentavelmente à temporária ausência de um outro aluno cuja postura insolente se tem agravado com o passar dos anos em que é obrigado a andar na escola sem que se encontre uma estratégia que tenha em conta a realidade de alguns alunos desta etnia, uma vez que começam a surgir gerações de alunos ciganos com outras posturas, motivações e interesses. Como assistente operacional que ao longo de anos acompanhamos o penoso percurso escolar destes alunos, teremos que nos questionar como é possível a escola não ter capacidade para encontrar estratégias para que tais alunos não sejam objetivamente arrastados até à atual fase das suas vidas, em que estão obrigados de forma quase humilhante a serem integrados em turmas que, apesar da extraordinária forma como são recebidos, nunca se chegam a familiarizar e a adaptar como prova a resistência, pelo menos dos casos devidamente conhecidos. E se um não manifesta grandes perspetivas de vida, outro há que o sonho e a sua vida concreta é a música. Mas a escola não parece compreender como trabalhar estas diferenças. Neste capítulo tivemos até a particularidade de pontualmente surgir na escola uma jovem que depois de um longo período de abandono escolar, vinha marcar presença um dia ou outro e assim como vinha também desaparecia, talvez até concluir a idade da escolaridade obrigatória e a fiscalização das entidades competentes. Tudo isto perante o nosso olhar passivo já que não somos merecedores de uma explicação ou informação sequer, sobre tais episódios aparentemente estranhos, mas transformados em normalíssimos no seio da escola e ao que parece à luz da Lei rígida e meramente burocrática, que já este ano letivo, também nos surpreendeu com a “visita” de um, pode-se dizer antigo aluno de etnia cigana, já casa do e pai de filho, que o tal sistema o obrigou a ir à escola quando estava a dia de completar a maioridade. Por isso esta interessante rigidez do sistema, limitou-se burocraticamente a fazer o jovem passar dois ou três dias pela escola, para conhecer as crianças da sua turma do 5º ano que naturalmente tiveram uma extraordinária e rica experiência na sua estreia no 2º ciclo. E é assim que vamos andando de período letivo em período letivo e entretanto, o final do ano letivo chega, e chegou, porque no próximo, neste já em curso, há mais para perante nós continuarem a passar na caminhada da indiferença, só mesmo em alguns casos atenuada pela disponibilidade e resistência de não ceder ao conformismo, em nome dos jovens alunos e sobretudo dos que de nós mais precisam e dependem, para os quais também não nos envolvem, não nos sensibilizam, não nos motivam e sobretudo não nos dão formação para uma escola mais humanizada. Refiro-me por exemplo à diversidade de graus de autismo com que convivemos hoje diariamente por

conta e risco do ponto de vista da familiarização e da interação com as várias realidades que exigem colaboração, disponibilidade e dedicação que nem era preciso solicitar, sobretudo aos assistentes operacionais, que se veem cada vez mais arredados de um papel ativo, partilhado, interventivo, participativo e minimamente informado. Como já aqui defendi, o ideal era nesta altura do ano estarmos a discutir como implementar inovadores caminhos em função de conclusões que vamos adiando, apesar de diferentes experiência em tantas outras comunidades que atingem os resultados com outros métodos, outras motivações e entusiasmos, e outras alegrias.”

O referido conselheiro declarou que no período entre as 17 horas e 30 minutos e as 18 horas na Escola António Dias Simões (ADS), apenas se encontra um funcionário. Em relação à indisciplina, o conselheiro José Lopes mencionou que há dois alunos de etnia cigana que desestabilizam o funcionamento da escola. A Diretora interveio, dizendo que estes alunos têm de permanecer nesse estabelecimento porque ainda não completaram os dezoito anos de idade. Referiu ainda que, as crianças de etnia cigana que estão a chegar à ADS têm outra postura na escola, manifestando mais interesse. Acrescentou ainda que teve de aceitar a matrícula de uma aluna de etnia cigana, com 16 anos, por se encontrar dentro da escolaridade, o que evidencia um desajuste entre a idade cronológica e o ano de escolaridade que está a frequentar. Informou que a referida aluna está sinalizada na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). De acordo com a Diretora, os professores esforçam-se para manter a disciplina dentro das salas de aula. Acrescentou que, a Câmara Municipal de Ovar (CMO) está a patrocinar o projeto EPIS para alunos do 5.º ano de escolaridade, disponibilizando a cada Agrupamento um psicólogo que trabalhará com os alunos e as próprias famílias. De seguida, a conselheira Margarida Cardoso salientou que no Agrupamento existem outros alunos (não ciganos) com comportamentos muito desadequados e, considerando o facto de os alunos terem de cumprir a escolaridade obrigatória, referiu que a escola não pode desistir de nenhum aluno. Realçou ser positivo fazer-se o levantamento dos alunos problemáticos, mas para estes, lembrou a necessidade de se encontrarem outras estratégias de ação, outros caminhos salientando o atrás mencionado na intervenção do conselheiro José Lopes, em que um dos alunos em causa revela gosto especial para a música. O conselheiro Manuel Silva perguntou ao conselheiro José Lopes que soluções serão necessárias para minimizar a indisciplina em relação aos alunos de etnia cigana. O conselheiro inquirido considerou que não devia responder a essa questão uma vez que todos os presentes tinham competência para o fazer. Mencionou, que fazia um esforço para trazer temas para serem debatidos em Conselho Geral. Seguidamente, o conselheiro António Gonçalves frisou que já foram utilizadas várias estratégias para combater a indisciplina, mas foram infrutíferas. Em relação a este assunto, a Presidente mencionou que o conselheiro José Lopes podia apresentar algumas das soluções que indicou no documento que expôs, relativamente à indisciplina e que em algumas escolas

supracitadas no documento resolveram o problema. De seguida, a Diretora fez referência à alusão que parece subjacente à intervenção do conselheiro José Lopes de que o 3º período é o período das melhorias, realçando que o 3.º período é a avaliação de tudo. A Diretora referiu que os resultados escolares são a essência de uma escola, devendo ser objeto de grande reflexão, devendo as atividades realizadas contribuírem para o sucesso escolar. Acrescentou que a escola não deixa de lado nenhum aluno que esteja na escolaridade obrigatória. E destacou a integração positiva de uma aluna de etnia cigana a frequentar o 7º ano.

Ponto 3: Apreciação e aprovação do Plano Anual de Atividades para o ano letivo 2016/2017 – a conselheira Josefina Ventura mencionou que as atividades Thanksgiving e Ação de Graças são a mesma atividade. Relativamente à calendarização, primeiro ocorre o Halloween e depois o Dia de Ação de Graças, pelo que, o registo deverá ser “ última semana de outubro/ 28 de novembro”. Quanto à atividade Easter (Páscoa) esta ocorrerá no segundo período e não no primeiro como consta no documento.

Ponto 4: Análise do Relatório Final de Autoavaliação (Análise estatística dos resultados escolares do 3º ciclo, ensino básico) – Após análise do relatório, a conselheira Josefina Ventura referiu que será necessário corrigir a gralha que surge na página três deste documento. Onde se lê “ *Na classificação de exame predominam os níveis 3 (42%) e 2 (37%), sendo os resultados nacionais melhores, com 48% no nível 3, seguindo-se 28% com nível 3.*”, deverá ler-se “*Na classificação de exame predominam os níveis 3 (42%) e 2 (37%), sendo os resultados nacionais melhores, com 48% no nível 3, seguindo-se 28% com nível 2.*”. De seguida, a Presidente mencionou que este documento é muito difícil de trabalhar e que se verificaram melhorias em relação ao ano anterior, nomeadamente, na disciplina de Português, não ocorrendo o mesmo em Matemática. Seguidamente, a Diretora manifestou poucas expectativas em relação aos alunos que transitaram para o ensino secundário. Frisou que o investimento feito no 9º ano em termos de apoio foi muito. O programa é muito vasto e exigente e que a mudança do 9.º para o 10.º ano é muito acentuada. Informou ainda que a taxa de sucesso do Agrupamento é superior à taxa nacional.

Ponto 5: Análise do Relatório Final de Autoavaliação (Análise estatística dos resultados escolares do ensino secundário) – O conselheiro António Gonçalves informou que os inquéritos foram preenchidos online com exceção dos inquéritos aplicados aos encarregados de educação e ao pessoal não docente. O referido conselheiro, como elemento do grupo de trabalho da equipa de autoavaliação, mencionou que foi necessário bastante tempo para analisar os dados. De acordo com este conselheiro, os inquiridos aderiram bastante, apesar de alguns inquéritos terem, apenas uma página respondida.

Ponto 6: Análise do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento (Plano de Melhoria – A1) – Foi analisado o referido documento.

Ponto 7: Análise do Relatório de Autoavaliação do Agrupamento – os conselheiros consideraram que o relatório estava completo. Trata-se de um documento complexo que carece de uma análise mais detalhada, pois permite o cruzamento de dados.

Ponto 8: Apreciação do Relatório Final da Cantina 2015/2016, da ADS e da ESJMF – o conselheiro António Gonçalves informou que a equipa teve em conta a ementa para aplicação do inquérito. Foram escolhidos dois dias com prato de carne e dois dias com prato de peixe. Este questionário foi aplicado, ao mesmo tempo, aos alunos da ADS e ESJMF. Seguidamente, o conselheiro Manuel Silva salientou que existe na comunidade escolar a ideia que nas cantinas escolares, as refeições não são de qualidade, mas a análise deste relatório mostra que não é essa a realidade. Também a conselheira Cláudia Torres corroborou desta opinião.

Ponto 9: Apreciação do Relatório Final das Bibliotecas Escolares do Agrupamento – a Diretora informou que a biblioteca escolar da ADS é a única biblioteca que tem uma funcionária. A este respeito, a conselheira Josefina Ventura referiu que esta biblioteca funciona muito bem e que os alunos gostam muito deste espaço.

Finalmente, o conselheiro Filipe Faria realçou a excelência dos documentos apresentados.

Não estiveram presentes na reunião os conselheiros: António Silva Costa, Teresa Andrade, Manuela Bornes, Rui Polónia, Ana Cunha e Bruno Oliveira.

E nada mais havendo a tratar, foi lida e aprovada a presente ata e deu-se por terminada a reunião.

As Secretárias

Josefina Ventura

Margarida Cardoso

Teresa Dias

A Presidente

Maria de Lurdes Ferreira

